

## RESENHA - VYVYAN EVANS. THE LANGUAGE MYTH: WHY LANGUAGE IS NOT AN INSTINCT?<sup>1</sup>

Hanna J. Batoréo (Universidade Aberta/ CLUNL, Lisboa, Portugal)

O livro *The Language Myth: Why language is not an instinct?*, da autoria de Vyvyan Evans e publicado pela Cambridge University Press, em 2014, é um bestseller linguístico no mundo inteiro, que, desde o momento do seu lançamento, tem vindo a causar um aceso debate nos meios linguísticos, tanto nos sites da *internet* como ao nível das publicações especializadas da área de Linguística. Logo a seguir à publicação do livro, quando surgiram as primeiras reacções às ideias nele apresentadas, duas grandes revistas mundiais da área – a *Lingua* e a *Language* – convidaram o Autor a responder às acesas críticas que as suas convicções suscitaram. A primeira das revistas publicou as críticas e a respectiva resposta de Evans (Adger 2015a; Behme & Evans 2015; Adger 2015b); a segunda, cuja publicação estava prevista em Dezembro de 2015, foi adiada para Março de 2016, prevendo-se que seja restringida apenas às críticas apresentadas ao livro, sem incluir a inicialmente convidada resposta do Autor, publicada entretanto no site do próprio como uma “resposta aberta” (Evans 2015b; 2016), mantendo-se, assim, o debate presentemente aceso.

O Autor do livro, Vyvyan Evans, que foi considerado uma “estrela do século 21” pelo *21st Century Science Magazine*, é actualmente professor de Linguística na School of Linguistics and English Language em Bangor, País de Gales (Reino Unido). Doutorou-se em Linguística na Universidade de Georgetown (Washington, D. C., nos Estados Unidos), em 2000 e, desde então, publicou uma dúzia de livros e muitos materiais mediáticos (entrevistas, vídeos, etc.) sobre diferentes aspectos da linguagem, a sua evolução, a sua relação com a mente, a importância da linguagem na comunicação humana e construção do sentido. Em finais de 2015, foi publicado o seu livro mais recente (Evans 2015c) – *The Crucible of Language: How Language and Mind Create Meaning*.

A publicação aqui em destaque – *The Language Myth: Why language is not an instinct?* – é um livro complexo que permite várias leituras académicas. Por um lado, pode ser considerado, numa primeira

1 Cambridge: Cambridge University Press. 2014. Págs. 304. ISBN 978-1-107-61975-3

leitura, apenas um livro erudito que analisa os mitos linguísticos, tal como vários outros o fizeram antes dele (cf. Bauer & Trudgill 1998). Por outro lado, no entanto, e explicando a grande popularidade que imediatamente ganhou, bem como a controvérsia e o impacto que sofreu, é considerado um livro único no meio académico, que, ao abordar e debater o maior mito linguístico de sempre – o da linguagem como instinto, inerente à teoria da Gramática Universal de Chomsky –, ousou questionar as ideias estabelecidas há muitas décadas em Linguística pela vertente da Gramática Generativa.

No que diz respeito aos mitos linguísticos em geral, a questão não constitui um tema novo em Linguística, dado que esta temática aparece ciclicamente nas discussões académicas sobre a linguagem, em geral, e, especificamente, sobre várias línguas particulares, debatendo o que se entende pelo uso linguístico, pela natureza e aprendizagem da linguagem, pelo seu desenvolvimento, mudança e variação. As discussões deste tipo propõem-se combater os juízos de valor populares muito disseminados entre os falantes, maioritariamente frutos de preconceito e ignorância, tais como, por exemplo: (a) *A gramática da língua X é mais fácil do que a gramática da língua Y*, (b) *É mais fácil aprender a língua Z do que a língua W*; (c) *Existem línguas sem gramática*; (d) *As pessoas da classe social mais baixa falam mal*; (e) *Todos os falantes da nossa língua materna têm sotaque menos eu*; (f) *A língua X é uma língua lógica e bem organizada, a Z é bela e a W é feia*; (g) *Fala-se melhor língua X na área X1 do que nas áreas X2, X3 ou X4*, etc. Estas constatações, que podem dizer respeito a todas as culturas e a todas as línguas, surgem também nas sociedades que falam o Português, dando origem aos slogans como: (i) *Fala-se mal o Português!* (ii) *Estão a assassinar o Português!* (iii) *O Português falado em Coimbra é o melhor*; (iv) *O Português falado em África é o pretoguês*; etc.

No entanto, sendo *The Language Myth*, em termos latos, um livro que se insere no grupo dos tratados sobre os mitos linguísticos que nos rodeiam desde sempre em todas as circunstâncias do uso da linguagem, o livro é muito mais do que apenas mais uma abordagem sobre um tema conhecido. O seu foco principal está no maior mito linguístico de todos os tempos, o da linguagem como instinto, propagado pela ideia da *Gramática Universal* de Noam Chomsky (p. ex., *Aspects of the Theory of Syntax*, 1965; *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*, 1986), assim como, posteriormente, especificado por Steven Pinker (*The Language Instinct*, 1994). Este foco constitui a originalidade do livro, já que antes dele ninguém ousou questionar de modo tão veemente e acutilante as ideias propostas por um dos pais da Linguística moderna, bem como desenvolvidas e acerrimamente defendidas por uma legião de seguidores no mundo inteiro.

Partindo da perspectiva da Linguística Cognitiva, Vyvyan Evans constrói no seu tratado uma forte, apaixonante e minuciosa refutação dos argumentos chomskianos acerca da natureza, origem e uso linguísticos, criando, assim, um antídoto não só à teoria chomskiana ao nível académico, mas também aos populares livros escolares e universitários, nos quais, há mais de cinquenta anos, se propaga a tese da Gramática Universal e da linguagem como instinto. O Autor argumenta contra estas “verdades eternas” da teoria chomskiana, desmascarando a concepção da linguagem como inata, concebida como um tipo de instinto unicamente humano, pré-programado biologicamente ou, até, como um órgão com dispositivo específico para a aquisição da linguagem (*LAD – Language Acquisition Device*).

Baseando-se na mais recente investigação científica desenvolvida nas Ciências Cognitivas, sobretudo na Psicolinguística Cognitiva e nas Neurociências, Evans demonstra, desenvolve e defende a sua tese de Linguística como sendo uma área que emerge de diversos paradigmas científicos que competem entre si. O Autor contrargumenta a tese da linguagem como instinto, defendendo globalmente as seguintes ideias:

- (i) a linguagem humana está ligada às outras formas de comunicação animal, não sendo, por isso, unicamente humana, nem autónoma em relação às outras capacidades cognitivas;
- (ii) a linguagem, e, por conseguinte, as línguas particulares são objecto de mudança, variação e variabilidade, não se tratando de fenómenos regulares nem lineares;
- (iii) a linguagem é adquirida com base nas capacidades gerais da mente humana e não com base numa pré-programada capacidade universal;
- (iv) a linguagem e a mente por um lado reflectem e, por outro, influenciam o modo como interagimos com o mundo e com os outros.

Segundo Evans, a existência da Gramática Universal de Chomsky nunca chegou a ser cientificamente demonstrada, nem pode ser entendida – conforme seria de esperar – com base na evidência empírica de carácter linguístico, porque, de acordo com o Autor, tal evidência praticamente não existe. Evans defende ainda que, em termos específicos, a tese de linguagem como instinto, nuclear à Gramática Universal, nem pode ser considerada como um pressuposto linguístico; trata-se, antes, de uma hipótese contextualizada num novo ramo de assim chamada *Biolinguística*, o que faz dela uma suposição de carácter mais biológico do que propriamente linguístico.

No que diz respeito à estrutura global do *The Language Myth*, o mito principal nele abordado da linguagem como instinto desdobra-se, ao longo do texto, em seis mitos mais específicos, sendo a cada mito dedicado um capítulo, proporcionando um debate que permite interligar várias áreas das Ciências Cognitivas: Linguística, Biologia, Neurociências, Antropologia, Filosofia, etc., proporcionando uma discussão verdadeiramente interdisciplinar.

O livro é constituído por oito capítulos, dos quais cada um dos seis capítulos do meio começa pela formulação de um mito parcial em forma de pergunta que funciona como ancoragem e ponto de partida para a subsequente discussão. Assim, no primeiro capítulo, o Autor propõe uma revisão da problemática relativa às ligações entre a linguagem e a mente. Os seis mitos abordados e analisados por Evans nos capítulos do meio são os seguintes: (i) A linguagem humana não está ligada aos sistemas de comunicação desenvolvidos por animais? (ii) Os universais da linguagem existem? (iii) A linguagem é inata? (iv) A linguagem constitui um módulo distinto da mente? (v) Existe uma linguagem universal da mente? (vi) O pensamento é independente da linguagem? O último capítulo, que retoma a problemática do primeiro, bem como o debate desencadeado pelos mitos parciais, fecha a discussão, centrando-se, mais uma vez, nas relações entre a linguagem e a mente, “recuperando-as” na sequência da discussão prévia.

As notas apresentadas no livro são pormenorizadas e remetem para uma bibliografia actualizada e científicamente diversificada, mas são reunidas no fim, o que permite uma leitura fluída do texto principal, criando alternativas diversas, mais ou menos especializadas da sua leitura e análise.

O Autor apresenta uma exemplificação linguística proveniente do uso corrente da linguagem, recorrendo simultaneamente à argumentação científica elaborada, o que proporciona um estilo vivo e acutilante.

No primeiro capítulo – *Language and mind rethought* –, o Autor começa por definir o objecto do seu estudo, propondo-se abordar a linguagem, o seu relacionamento com o pensamento e a mente, assim como a sua aquisição e variabilidade. Especificando, Evans propõe-se a abordar a controvérsia, que nasceu em meados do século passado, no seio das ciências do comportamento, por um lado, e nas que estudam o funcionamento do cérebro, por outro. Esta controvérsia, que confronta duas teses diferentes, pode resumir-se à seguinte questão: (i) será a linguagem inata, isto é, trata-se de uma capacidade com que o ser humano nasce à partida ou, pelo contrário, (ii) será que a linguagem emerge do uso linguístico, ancorando-se em capacidades cognitivas mais gerais e não especificamente linguísticas? Evans define a primeira tese como sendo de raiz chomskiana e dominante nas Ciências da Linguagem até a relativamente pouco tempo e classifica-a como “crescentemente instável”, argumentando contra ela com base nos mais recentes resultados da investigação desenvolvida em vários ramos da ciência, que o Autor se compromete desenvolver e aprofundar ao longo do livro. Defende-se, assim, que a linguagem *não* surge do conhecimento da gramática humana programada como inata (proposta pelos inatistas como a Gramática Universal), mas baseia-se nas capacidades gerais da mente humana de cariz cultural sobre as quais se contrói, reflectindo objectivos pró-sociais para a comunicação intersubjectiva dos humanos. Quando adquirimos a linguagem, defende o Autor, fazemo-lo em função do *input* linguístico que recebemos dos nossos pais e outras pessoas que nos rodeiam, o que resulta numa tarefa laboriosa e não isenta de erros, ao longo de um processo demorado, que pode ser penoso e nada tem – ao contrário do que propõem os inatistas – nem de automático nem de fácil. Embora não estejamos equipados especificamente para adquirir a linguagem como uma capacidade linguística distinta das outras capacidades cognitivas, nascemos com uma sólida preparação biológica, dispondo de uma bateria de mecanismos gerais de aprendizagem que nos tornam aptos para adquirir a(s) nossa(s) língua(s) maternal(s).

Contrastando estas duas abordagens distintas, Evens propõe (p. 5) que a discussão a desenvolver no livro contraste *a tese da linguagem como instinto (language-as-instinct thesis)*, defendida pelos inatistas, com a da *linguagem como uso (language-as-use thesis)*, defendida pelo próprio e ancorada nas Ciências Cognitivas. O Autor argumenta que a primeira tese é um *mito*, porque não reflecte a realidade dos factos linguísticos nem dispõe de consubstanciação empírica. Evens contrasta-a com a segunda tese, que entende estar de acordo com a realidade do uso linguístico e em conformidade com a investigação actualizada desenvolvida hoje em dia em vários ramos da ciência. O Autor entende como mito um relato não consubstanciado cientificamente de um fenómeno linguístico que não corresponde ao conhecimento do qual dispomos presentemente sobre o funcionamento real da

linguagem e da mente: “*A myth, for my purposes, is an unproven account of a linguistic phenomenon that appears to be at odds with actual findings relating to language, the mind, and so on.*” (p. 13). O mito resulta, por regra, de uma proposta especulativa, tal como aconteceu no caso da *tese da linguagem como instinto* de Chomsky e os seus seguidores: as ideias nela apresentadas podem ser lógicas e parecer evidentes para os próprios proponentes, mas carecem de evidência actualizada com base em factos linguísticos reais; para se poder fundamentar esta tese como teoria, seria preciso que as propostas iniciais pudessem ser refutadas ou confirmadas, com base na análise fundamentada nas observações detalhadas dos dados linguísticos autênticos.

No que diz respeito à origem e aos primórdios linguísticos, segundo *a tese da linguagem como instinto* (p.24), a própria linguagem surgiu num dado momento pontual da história do Homem, em forma de um estado (quase) perfeito, sendo resultado da mutação genética. Evans argumenta contra esta tese (p. 26) como estando em claro desacordo com as mais recentes descobertas da teoria da evolução, segundo as quais se defende que é preciso uma progressiva adaptação de co-determinação entre as espécies e o meio-ambiente; assim, segundo o Autor, não se pode aceitar que a linguagem tivesse surgido do nada, num único momento da história, mas, antes, defendere que evoluiu progressivamente de diversas tendências e manifestações prévias de comunicação humana, análogas a diversos tipos de comunicação existentes noutros tipos de espécies, sobretudo de diversas formas de proto-linguagem.

Na sequência da introdução global da problemática a abordar apresentada no primeiro capítulo do livro, a partir do segundo capítulo, o Autor dedica-se a discutir um por um os mitos específicos constituintes da *tese da linguagem como instinto*.

Por conseguinte, o capítulo dois – *Is human language unrelated to human communication system?* – aborda a questão do realcionamento entre a linguagem humana, por um lado, e o sistema humano de comunicação na globalidade, por outro. A tese inatista defende que a linguagem deve ser entendida como uma capacidade exclusivamente humana e não comparável nem relacionada com nenhuma outra forma de comunicação que seja não-humana, separando, deste modo, a linguagem humana de qualquer outro modo de comunicação entre outras espécies. Refutando esta tese como um mito, Evans demonstra que, hoje em dia, existem provas científicas em como a linguagem humana esteja ligada a outras formas de comunicação animal – de baleias, abelhas, pássaros (p. ex., estorninhos), símios (p. ex., macacos-vervet), entre outros – não sendo, por isso, exclusiva do Homem. Esta evidência científica permite-nos aprender muito mais acerca da linguagem humana em si e, também, acerca da sua especificidade, procurando entender como, sendo qualitativamente diferente, ela deriva e, posteriormente, se relaciona com os sistemas comunicativos de outras espécies. Na sequência desta evidência, defende-se que a capacidade linguística dos humanos não pode ser considerada como autónoma em relação às outras capacidades cognitivas do Homem, conforme pretendem os inatistas.

No terceiro capítulo – *Are there language universals?* – o debate centra-se sobre a questão dos universais linguísticos. A *tese da linguagem como instinto* postula que a Gramática Universal, com a qual supostamente ficamos equipados à nascença, é constituída por uma série de universais linguísticos, características que constituem uma constante em todas as línguas particulares existentes

no mundo: “Chomsky famously proposed a Universal Grammar, which he dubs «a general principle of linguistic structure on the basis of observation of a single language»: English” (p. 93). Calcula-se que, presentemente, existem entre seis e oito mil idiomas no mundo (p. 65), não sendo fácil o estabelecimento deste número por não ser linear a distinção formal entre uma língua e um dialecto. Segundo esta tese, basta estudar profundamente um único idioma, por exemplo, o Inglês, a fim de perceber como funcionam todas as outras línguas, que se espera preencherem, à partida, os mesmos padrões universais com apenas umas pequenas discrepâncias que possam existir entre eles. Evans refuta esta argumentação com evidência linguística autêntica, proveninete da exemplificação específica de vários idiomas, demonstrando que as línguas variam no tempo e no espaço, emergendo e diversificando-se ao longo da existência da espécie humana e do respectivo uso linguístico e, eventualmente, acabando por morrer ou afastar-se umas das outras. Ao longo das trinta páginas dedicadas a esta temática no capítulo três, o Autor apresenta uma justificação pormenorizada de carácter fonológico (págs.70-71), relativa às partes do discurso (págs.72-73), e, depois, de carácter morfológico (págs. 73-74), sintáctico (págs.74-77) e tipológico (págs. 77-79), acabando por discutir o mito da proto-linguagem (págs. 88-93). Mais especificamente, com base num estudo publicado na *Nature*, em 2011, por Dunn e colaboradores (no artigo intitulado *Evolved structure of language shows lineage specific trends in word-order universals*, *Nature*, 473: 79-82), Evans conclui que a tendência das línguas do mundo é afastarem-se umas das outras por diferenças de ordem cultural e por pressões de usos distintos e diversificados, em vez de ficarem coagidas pelas restrições fixas dos supostos universais. Simbolicamente, a última parte do capítulo 3 é intitulada: “Adieu, Universal Grammar!”

O capítulo quarto – *Is language innate?* – é o núcleo da tese da *linguagem como uso* defendida por Evans, refutando-se o carácter pretensamente inato da linguagem. Começa-se por reconhecer que, do ponto de vista neurobiológico, é inquestionável que os humanos – como nenhuma outra espécie – estejam preparados para adquirir a linguagem, por disporem quer de um aparelho fonador mais sofisticado do que as outras espécies quer da capacidade geral de processamento e armazenamento da informação. Isto não significa, no entanto – defende o Autor – que, à nascença, o ser humano disponha dos fundamentos essenciais da linguagem, comuns a todas as línguas particulares, ou seja, de um conhecimento específico de carácter gramatical, no âmbito da Gramática Universal, conforme pretendem os defensores da *tese da linguagem como instinto*. Evans reconhece, porém, que a tese dos inatistas pode, à partida, parecer bastante atractiva do ponto de vista explicativo, tendo em conta que as crianças adquirem a linguagem com aparente facilidade sem serem ensinadas formalmente nem receberem o *feedback* negativo da parte de quem as rodeia, isto é, sem os adultos corrigirem os seus “erros de aprendizagem”. Apesar de reconhecer estes argumentos, Evans refuta-os, baseando-se na investigação mais recente, desenvolvida na área de Neurobiologia e Psicolinguística Cognitiva, segundo a qual a linguagem não se adquire “aos saltos”, como pretendem os inatistas, mas num processo gradativo, por fases, ao longo dos primeiros anos da idade da criança.

Defende-se, assim, que a aquisição emerge com base nas unidades de aprendizagem provenientes do *input* linguístico que rodeia o falante e não em função de um pré-determinado sistema universal de regras; fundamenta-se, por conseguinte, nas capacidades gerais da mente humana e não numa suposta pré-programada capacidade universal específica. A primeira destas capacidades gerais é a de

reconhecer e definir padrões (*pattern-finding ability*), encontrada igualmente entre os primatas (pág. 118-123). A segunda capacidade tem a ver com o reconhecimento e imitação por parte da criança da intenção comunicativa do outro (*intention-reading ability*), que é determinada culturalmente, o que implica a adaptação de carácter cultural e simbólico de quem adquire a linguagem (págs. 123-124). Evans analisa várias propostas cognitivistas de como se processa a aquisição da linguagem – p. ex., a de Langacker (págs. 123-124), Bybee (125-126) ou Goldberg (126-127) – contrastando-as com a dos inatistas (cf. Bickerton, na sua teoria sobre a formação das línguas crioulas, págs. 128-129). O Autor argumenta a favor da aquisição da linguagem que emerge com base em unidades de uso linguístico chamadas ‘*chunks*’, provenientes do *input* linguístico, às quais o falante se encontra exposto, num processo feito gradativamente e com esforço de aprendizagem (págs. 131-132). Neste processo baseado no uso, dependente da frequência dos itens que ocorrem no *input* e da sua repetição, a criança aprende a linguagem com base em ‘*chunks*’, para, com o tempo e esforço passar, progressivamente, para a fase da abstracção, na qual começa a criar padrões, tornando-se também competente em reconhecer intenções de comunicação determinadas social e culturalmente dos outros falantes. É deste modo – defende o Autor – que os factores determinados pelo uso do *input* linguístico determinam a construção da gramática da criança ao longo do processo da aquisição: “*The child is adept at pattern-finding, and comes equipped with a species-specific ability to recognize communicative intentions, and, moreover, a pro-social desire to communicate. And, finally, usage-based factors guide the construction of a grammar in the mind of the child.*” (pág.132).

No capítulo quinto – *Is language a distinct module in the mind?* – debate-se a questão da modularidade da mente humana, isto é, questiona-se que a linguagem constitua um módulo separado na mente, conforme proposto por Fodor (1983) e, a partir daí, defendido pela tese inatista como uma doutrina inquestionável. A proposta da modularidade da mente surge na sequência de uma longa tradição de vários séculos, desde os tempos escolásticos de São Tomás de Aquino (século XIII), na qual se tem vindo a defender que as funções mentais do ser humano sejam atributos de partes específicas da mente e do cérebro. Esta tradição foi reforçada nos anos cinquenta do século XX pela metáfora largamente utilizada da mente humana como computador (*mind-as-computer perspective*), na qual as diferentes components do *hardware* podiam ser estudadas separadamente como módulos individuais, complementando-se na construção e funcionamento do mecanismo modular do cérebro/ mente, que funciona como um computador. Baseando-se na mais recente evidência empírica proveniente das Neurociências (págs. 145-146), tanto no caso dos falantes normais como nos falantes com desordens da linguagem (*SLI – Specific Language Impairment*), Evans refuta esta abordagem, demonstrando que a aquisição e o desenvolvimento da gramática e do léxico são indissociáveis e não podem ser abordados em termos modulares. O Autor discute igualmente a existência do gene FOXP2 (o suposto gene da gramática; cf. Lai *et al.* 2001) como não sendo exclusivo nem específico da linguagem (págs. 143-144). Defende, ainda, que o desenvolvimento da linguagem e do cérebro são fruto da co-evolução estudada pela Teoria da Complexidade (Gibbs & Orden 2010) na qual qualquer sistema é analisado na sua capacidade de se organizar a si mesmo, ocorrendo ao nível global adaptações às mudanças que podem ocorrer apenas num lugar específico do sistema (pág. 157). Na sequência das provas empíricas hoje em dia disponíveis, chega-se à conclusão que a linguagem é, de facto, diferente dos outros sistemas de comunicação das outras espécies, assim como que a mente humana, tal como

o cérebro, se distinguem por especificidades não verificadas noutras espécies. Isto não significa, no entanto, que se possa defender o seu funcionamento modular ou a existência de qualquer tipo da faculdade da linguagem (postulada pelos inatistas). Evans entende que este mito só continua a existir por se ter institucionalizado na narrativa académica, tornando-se immune à evidência científica mais recente: “(...) *the myth of language modularity – of a language faculty – has become institutionalised via retellings which are now immune to counterevidence*” (págs. 159).

O capítulo sexto – *Is there a universal Mentalese?* – aborda o mito da linguagem da mente / pensamento (*Mentalese*), assim como o seu carácter supostamente universal. A tese inatista pressupõe que exista a linguagem universal interna, que torne o pensamento viável, sendo constituída por símbolos e regras universais da sintaxe mental. Evans refuta este argumento, entendendo que o pressuposto inatista só poderia ser defendido, se se conseguisse comprovar a tese do cérebro como computador, discutida e refutada no capítulo anterior. Para abordar a natureza do mito da linguagem da mente do ponto de vista inatista é preciso – defende o Autor – entender, primeiro, como surge o significado na teoria chomskiana, propondo-se para esta fundamentação três constituintes específicos (págs. 169-172): fundamentação dos símbolos, da interpretação e do carácter nuclear da sintaxe (*syntactocentric nature of Mentalese*). A refutação deste mito (págs. 178-189) é apresentada com base na discussão da ancoragem do significado na experiência humana em geral e, especificamente, na do corpo humano (*embodiment*), na senda da *Teoria da Metáfora* de Lakoff e Johnson (1980), assim como no efeito do *embodiment* sobre o funcionamento do cérebro humano. A experiência humana, como não é dada, precisa de ser aprendida; no caso da linguagem, a experiência provém do *input* linguístico no qual estamos imersos e que nos permite a aquisição / aprendizagem da(s) nossa(s) língua(s) materna(s). Na sequência desta refutação, Evans defende que a oposição do que é conhecido na literatura anglossaxónica como o fenómeno *nature vs. nurture*, isto é, inatismo vs. experiência, não pode ser indevidamente polarizado, visto que as nossas capacidades gerais inatas definem e viabilizam o processo de aprendizagem, que emerge da experiência.

No capítulo sétimo – *Is thought independent of language?* – Evans discute as relações de (in) dependência existentes entre o pensamento e a linguagem. Segundo a teoria inatista, os dois fenómenos são independentes, sem um sofrer a influência do outro. No entanto, existe hoje em dia muita evidência significativa proveniente de vários ramos da ciência em como os paradigmas linguísticos dos idiomas que falamos exercem influência sobre o modo como apreendemos o mundo circundante e como o exprimimos ao nível linguístico. O modo como uma determinada língua particular codifica domínios como espaço, tempo, cor ou género, por exemplo, exerce, de facto, influência sobre o entendimento que os seus falantes têm sobre o mundo e é conhecida como a teoria do *relativismo linguístico* (págs. 193-228). Segundo esta teoria, o modo como construímos o nosso pensamento e nos apercebemos do que nos circunda é influenciado pelas diferenças estruturais que existem entre as línguas particulares que falamos. A teoria do relativismo linguístico foi primeiro defendida por Whorf (1956), sendo depois, reformulada como hipótese de Sapir-Whorf (cf. Sapir 1985) e, posteriormente, desenvolvida como a teoria neo-whorfiana. O relativismo linguístico foi consubstanciado ao longo dos anos por muita evidência linguística, da qual se destacou, primeiro, a discussão sobre a expressão linguística do domínio da cor (desenvolvida a partir do tratado de Berlin & Kay, de 1969), e, depois,

no domínio do espaço (Levison 2003). Evans demonstra que o relativismo linguístico é um fenómeno que tem a ver com o impacto que a língua que é utilizada pelo falante exerce sobre o seu aparelho cognitivo, o que significa que existem diferenças entre as mentes dos falantes de diversas línguas, dada a experiência linguística que cada um dos falantes tem. Segundo a perspectiva defendida pelo autor, a linguagem humana (tal como observada com base no uso efectuado em diferentes idiomas particulares) e a mente humana estão interconectadas, vivendo em simbiose.

Depois de, ao longo dos diferentes capítulos, ter analisado em pormenor os seis mitos componentes do mito nuclear da linguagem como instinto e ter proposto as respectivas alternativas da sua autoria, no oitavo capítulo – *Language and mind regained* – Evans aborda a temática da linguagem e da mente “recuperadas”.

Neste capítulo final, o Autor desenvolve a sua tese alternativa da *linguagem-como-uso*, na qual defende, primeiro, que o ser humano é dotado de uma *inteligência cultural*, graças à qual desenvolve comportamento *cooperativo e pro-social*, que o distingue do comportamento social menos elaborado, observado nas outras espécies. Ao longo da evolução, esta inteligência cultural facilitou, por um lado, o desenvolvimento de comportamentos simbólicos mais avançados, sendo a linguagem humana o seu exemplo paradigmático, e, por outro, uma competência mental adicional, a *inteligência interaccional*.

Em segundo lugar, Evans defende que existem universais ao nível da experiência humana (págs. 250-252), que, por sua vez, exercem restrições sobre o funcionamento da linguagem. Estes universais não se encontram *dentro* da linguagem (como defendia a tese inatista, ao propor a Gramática Universal), mas emergem da experiência humana comum, que – em termos latos – é determinada pelo meio físico em que nos movemos e depende das estruturas neuroanatómicas dos nossos cérebros, comuns a todos os homens.

Por conseguinte, e em terceiro lugar, o Autor caracteriza a *gramática mental* do ser humano (págs.242-249) como sendo constituída por unidades linguísticas de diferentes níveis de complexidade, e que são provenientes do *input* linguístico, formando construções e organizando-se em redes: “*The language-as-use thesis claims that linguistic units – constructions – are organised in an individual’s mind as a network, with more abstract schemas being related to more specific instances of language.*” (pág. 249).

Em suma, o livro *The Language Myth: Why language is not an instinct?*, da autoria de Vyvyan Evans, constitui uma verdadeira pedrada no charco das ideias sobre a origem e natureza da linguagem, cristalizadas com base na hegemonia institucionalizada da teoria chomskiana, estabelecida entre nós ao longo de mais de meio século, sem, no entanto, dispor da base empírica substancial que a comprovasse: “*(...) the language-as-instinct thesis, which today remains the single largest ‘school’ in Anglo-American linguistics, has little empirical basis sustaining itself in an institutional hegemony which, in the view of some, seeks to maintain the status quo, regardless of the actual facts: reputations have been built upon the idea of the language-as-instinct thesis; for these reserchers, the prospect of the Universal Grammar thesis being wrong doesn’t bear thinking about.*” (págs. 140-141).

Os argumentos da *tese da linguagem-como-uso* de Evans constituem uma poderosa alternativa às

verdades adquiridas do “credo linguístico” estabelecido da *tese da linguagem-como-instinto*. Esta alternativa permite uma perspectiva renovada e bem fundamentada no que na ciência mais recente e desenvolvida de modo interdisciplinar se tem descoberto sobre o funcionamento linguístico do Homem, da sua mente e da linguagem humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADGER, David (2015a). Mythical myths: Comments on Vyvyan Evans’ “The Language Myth”. Review article. *Lingua*, Volume 158, April 2015, 76-80.

ADGER, David (2015b). More misrepresentation: A response to Behme and Evans (2015). Review article. *Lingua*, Volume 162, July 2015, 160-166.

BAUER Laurie & Peter TRUDGILL (eds.), 1998 *Language Myths*. London: Pinguin Books.

BEHME, Christina & Vyvyan EVANS (2015). Leaving the myth behind: A reply to Adger (2015). Review article. *Lingua*, Volume 162, July 2015, 149-159.

BERLIN, Brent & Paul KAY (1969). *Basic Colour Terms: Their Universality and Evolution*. Cambridge University Press.

BICKERTON, Derek (1981). *Roots of Language*. Ann Arbor, MI: Karoma Publishers.

BICKERTON, Derek (1984). The language bioprogram hypothesis. *Behavioral and Brain Sciences*, 7: 173-221.

BYBEE, Joan (2010). *Language, Usage and Cognition*. Cambridge University Press.

CHOMSKY Noam (1965). *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.

CHOMSKY Noam (1986). *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. Greenwood Publishing Group.

DUNN, Michael; S. J. GREENHILL; S. C. LEVINSON, and R. D. GRAY (2011). *Evolved structure of language shows lineage specific trends in word-order universals*, *Nature*, 473: 79-82.

EVANS, Vyvyan (s/d). Language in the Mind. The evolution of language and cognitive linguistics. Blog of *Psychology Today*. Consultado a 01/04/2016 em: <https://www.psychologytoday.com/blog/language-in-the-mind>

EVANS, Vyvyan (2014). *The Language Myth: Why language is not an instinct?* Cambridge: Cambridge University Press.

EVANS, Vyvyan (2015a). The structure of Scientific Revolutions. Reflections on radical fundamentalism in language science. April 2015. Consultado a 01/04/2016 em: <https://www.psychologytoday.com/blog/language-in-the-mind/201504/the-structure-scientific-revolutions>

EVANS, Vyvyan (2015b). Challenging ill-conceived dogma. A response. December 2015. Consultado a 01/04/2016 em: <http://www.vyvevans.net/ChallengingIllConceivedDogma.pdf>

EVANS, Vyvyan (2015c). *The Crucible of Language: How Language and Mind Create Meaning*. Cambridge University Press.

EVANS, Vyvyan (2016a). Open Letter, regarding my invited response article on The Language Myth, solicited by *Language*. January 2016. Consultado a 01/04/2016 em: <http://www.vyvevans.net/OpenLetter.pdf>

FODOR, Jerry (1983). *Modularity of Mind*. Cambridge, MA: MIT Press.

GIBBS, Ray W. & G. van ORDEN (2010). Adaptive cognition without massive modularity. *Language & Cognition*, 2: 149-176.

GOLDBERG, Adele (1995). *Contractions: a Construction Grammar Approach to Argument Structure*. University of Chicago Press.

LAI, Cecilia; S. E. FISHER; J. A. HURST; f. VARGHA-KADEM & A. P. MONACO (2001). A forkhead-domain gene is mutated in a severe speech and language disorder. *Nature*, 413: 519-523.

LAKOFF, George & Mark JOHNSON (1980). *Metaphors we Live by*. University of Chicago Press.

LANGACKER, Ronald W. (2008). *Cognitive Grammar: a Basic Introduction*. Oxford University Press.

LEVISON, Stephen C. (2003). *Space in Language and Cognition: Explorations in Cultural Diversity*. Cambridge University Press.

PINKER, Steven (1994). *The Language Instinct*. New York: William Morrow

PINKER, Steven (2002). *The Blank Slate*. New York: Pinguin.

SAPIR, Edward (1985). *Selected Writings in Language, Culture and Personality*. Edited by D. G. Mandelbaum. Berkeley: University of California Press.

“Vyv Evans: Professor of Linguistics at Bangor University UK”. *21<sup>st</sup> century stars in: 21<sup>st</sup> century.co.uk*. Consultado a 01/04/2016 em: <http://www.21stcentury.co.uk/21st-century-stars/vyv-evans/>

WHORF, Benjamin (1956). *Language, Thought and Reality: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Edited by John B. Carroll. Cambridge, MA: MIT Press.

**Recebido em 24/02/2016**

**Aceito em 01/04/2016**